

# MAC0458 - Direito e Software

## Proteção de Dados na Administração Pública

Anderson Andrei da Silva

8 de outubro de 2019

A palestrante Camille Moura ao falar sobre a proteção de dados pessoais na administração pública abordou pontos como as justificativas utilizadas em serviços que utilizam tais dados, alguns exemplos de vazamento, problematizou a questão do desenvolvimento de sistemas dentro de setores públicos e também exemplificou alguns casos de terceirização.

Camille iniciou sua palestra mostrando qual a importância de garantir a segurança de dados pessoais, já que, em termos de administração pública, são dados coletados por serviços que se aplicam a todos e que englobam todo tipo de dado. O questionamento seria, o setor público pode acessar todos os nossos dados? Se tratando de estado, temos algo à esconder? Camille nos mostrou casos em que a não proteção de dados terminou em vazamento. O primeiro foram dados escolares, onde as notas de reuniões de professores continham dados bastante sensíveis em relação aos alunos; o segundo, dados de pacientes da rede pública de saúde; já o terceiro foi um caso de venda de dados pessoais pelo Serpro; e o quarto foi um caso nos Estados Unidos, onde a análise em tempo real dos dados acessados na internet por uma família resultou em um quadro de terrorismo, quando na verdade, os integrantes da família pesquisavam por uma panela de pressão, uma mochila e sobre história de atentados terroristas. Tais exemplos nos mostram que esses dados são realmente acessados em vários setores de administração pública, e além disso, não são protegidos da forma que deveriam.

Camille nos direcionou ao tratamento desses problemas, por soluções que primeiramente questionem: como tecnologias podem ajudar na gestão pública? Como tais tecnologias são desenvolvidas? Para que servem os dados coletados? E quem usa esses dados? Dentro da questão do desenvolvimento, ela nos contou que tais serviços são feitos, geralmente, de forma terceirizada porque o setor público não consegue atrair profissionais de tecnologia, e portanto, não consegue produzir aquilo que precisa. A partir daí surgem problemas como: permissão de uso dos dados; gestão de contratos; como será feita a coleta e qual a necessidade de todos os dados coletados?

O primeiro problema que surge ao utilizar o setor privado para o desenvolvimento de tais serviços é o custo, já que em geral são contratadas grandes empresas. O segundo é, a quantidade de dados coletados e se tal proporção é realmente necessária. Por questões contratuais, as vezes as empresas contratadas coletam muito mais dados do que são necessários para a prestação dos serviços requisitados. O terceiro é o que acontece quando um contrato se encerra e não é renovado. E além desses, existe o redirecionamento dos dados para fins de publicidades e etc. Camille nos mostrou um exemplo onde a base de dados de um sistema foi tomado por um empresa ao encerramento e não renovação do contrato. De forma a não ser reaproveitado em nada, em continuidade do serviço com outra empresa, o que dizia respeito ao uma base de dados de 5 a 10 anos de serviço.

Por fim, ela discutiu situações de serviços públicos que em sua estrutura já não se preocupam com a proteção de dados de seus usuários. Como por exemplo o serviço de Wifi em transportes públicos, que requisitam login e dados sensíveis para sua utilização. O que dentro de um certo prazo acarreta em propgrandas direcionadas durante seu percurso dentro daquele transporte. Ou seja, tais dados são repassados para empresas de marketing que tendo acesso à sua rota, direcionam propaganda de locais e serviços por onde o usuário transitaria dentro daquele horário em específico.

Outro exemplo dentro do oferecimento de Wifi é o projeto Wifi Livre SP, onde foi proposta a extensão do que já tem sido aplicado. Tal proposta oferece a de duplicação o numero de ponto de acessos e da velocidade de navegação, tudo à um custo zero para o governo do Estado de São Paulo. Mas, por trás desse custo zero, a empresa que se propôs à fazer toda a instalação e cobrir o oferecimento dobrando a velocidade da rede, solicitava por contrato quase que acesso total à esses dados. Ou seja, livre acesso aos dados de grande parte da população de São Paulo.

São tais problemas que permeiam, principalmente, a administração pública em termos de proteção de dados. E tais exemplos nos mostram que o tratamento de dados que deveria buscar o interesse público, informar claramente os procedimentos efetuados e indicar o encarregado por tal tratamento, tem na verdade difo feito de forma oposta e irresponsável. Que quando visa a redução de gastos na aplicação e desenvolvimento de serviços

de tecnologia, negligencia a proteção de dados pessoais da população.